

Em análise a cooperação “Sul-Sul”: ruptura ideológica ou reprodução?

Danielle Regina Ullrich¹

Rosinha da Silva Machado Carrion²

Resumo

O modelo Norte-Sul de cooperação internacional para o desenvolvimento, cuja origem remete ao período pós Segunda Guerra Mundial, apoiou-se, historicamente, em um discurso que atribuía aos países centrais, ou do “Norte”, dada sua maturidade institucional e superioridade técnica, legitimidade para definirem as regras e os procedimentos a serem observados pelos países na periferia do sistema mundo, para acederem ao propalado “desenvolvimento”. Modelo este que, conforme um contingente significativo de pesquisadores (BARBANTI JUNIOR, 2005; SANTOS FILHO, 2005; AFONSO; FERNANDES, 2005; SÁNCHEZ, 2002), contemplaria, essencialmente, objetivos de natureza econômica e política das potências centrais. Todavia, ao conquistarem reconhecimento econômico no plano internacional, países emergentes como o Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul estariam estabelecendo, entre si, assim como com outros países do “Sul”, relações de parceria e cooperação às quais, também conforme um contingente expressivo de pesquisadores (XALMA, 2011; PUENTE, 2010; AYLLÓN PINO, 2012), se distinguiriam do modelo anterior pela ênfase atribuída a valores como a solidariedade e a equidade, no que tange à distribuição equitativa dos benefícios entre os países envolvidos nas ações de cooperação. De natureza teórica, o presente artigo questiona, em que medida essa tese se sustenta? Ou, dizendo de outro modo, em que medida o modelo de cooperação internacional Sul-Sul associado à promoção do desenvolvimento constitui-se em uma ruptura paradigmática com o modelo de cooperação Norte-Sul?

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Cooperação Sul-Sul. Desenvolvimento.

1 *Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. É autora de artigos publicados nas revistas: Invenio (Rosario), 2013; Desenvolvimento em Questão, 2012; REGE. Revista de Gestão USP, 2012, entre outras. E-mail: danielle_ullrich@yahoo.com.br. A autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar este trabalho por meio da concessão de bolsa de doutorado.*

2 *Doutora em Sociologie Clinique na Université de Paris VII (Jussieu-Sorbonne) e em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (1998) Porto Alegre, Brasil. Pós-Doutora pelo Institute de Recherche Pour le Développement (2011/Université de Paris I/Sorbonne) e Professora Associada da UFRGS. É autora de artigos publicados nas revistas: Desenvolvimento em Questão, 2012; Cadernos EBAPE.BR (FGV), 2012; Revista de Economia & Relações Internacionais, 2011, entre outras. E-mail: rsmcarrion@ea.ufrgs.br.*

I. Introdução

A partir da abordagem do sistema-mundo de Wallerstein (2000), segundo a qual os países centrais impõem sua visão de mundo aos países periféricos e semiperiféricos, percebe-se que, além de uma dominação econômica, há uma dominação ideológica que reproduz a lógica colonialista. Teóricos da corrente neocolonial, como Quijano (2005), Dussel (2005), Mignolo (2005), Lander (2005) e Grosfoguel (2008), apontam que o exercício da dominação exercida pelos países centrais sobre os periféricos não se limita ao campo econômico estendendo-se para o social, o cultural, o étnico, via a difusão da ideologia colonialista. A qual, baseada em uma visão eurocêntrica de mundo, legitima certo modelo de desenvolvimento e certa representação do mundo, desfavoráveis tanto à consolidação econômica e à possibilidade real de desenvolvimento, como à soberania política dos países periféricos e semiperiféricos.

Na contracorrente dessa vertente, estaria em curso na última década, e sob a liderança das chamadas novas potências emergentes, um novo padrão de relações internacionais de cooperação, caracterizado por relações mais equilibradas e democráticas, baseadas no respeito e no compartilhamento de saberes. O compartilhamento e a valorização dos saberes, conforme apontado por Barbanti Junior (2005), constituem-se na mola propulsora, ou filosofia de base, desse novo modelo de cooperação para o desenvolvimento.

De natureza teórica, o presente artigo questiona em que medida o modelo de cooperação que vem sendo praticado entre países semiperiféricos e periféricos (“Sul-Sul”) é inovador no que tange tanto ao modo de construção do desenvolvimento como ao lugar a ser atribuído nesse processo à questão dos saberes.

Sintomas de profundas mudanças existem. Conforme apontam Arrighi e Silver (2001, p. 30), o sistema internacional vive um momento singular:

Podemos tomar a falta de consenso quanto à direção e ao sentido das atuais mudanças na economia política global como um sinal de que estamos em meio a uma mudança sistêmica – ou seja, um processo de reorganização radical do moderno sistema mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros, e o modo como o sistema funciona e se reproduz.

Deste modo, questiona-se: o modo como vem se processando a cooperação entre países do Sul faria parte desse conjunto de mudanças radicais

anunciadas por Arrighi e Silver (2001)? Ou, pelo contrário, ainda que distinta na forma e, eventualmente, nas estratégias, estar-se-ia diante da reprodução do velho modelo de cooperação Norte-Sul?

Para Sousa Santos (2009), a hegemonia do pensamento moderno ocidental continua a alimentar um sistema de exclusão, que divide o mundo entre Ocidente e Oriente, entre Norte e Sul, acentuando a realidade de exclusão característica do período colonial. Conforme ele, para superar essa situação seria preciso romper com a lógica que divide o mundo em centro e periferia e que ele classifica como “pensamento abissal”. Pensamento esse que concede à ciência moderna o monopólio do direito de definir o que é verdadeiro e o que é falso, em detrimento de outros tipos de conhecimento, não aceitos pelo paradigma científico hegemônico. Conforme denuncia o sociólogo português, o espaço ocupado no imaginário contemporâneo pelo paradigma científico eurocêntrico inviabiliza o reconhecimento de formas alternativas de conhecimento. De tal modo que o pensamento abissal separaria, de um lado, a ciência e, de outro, saberes tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não se pautarem pelos critérios científicos institucionalizados. Para superar essa situação seria preciso – sem desconsiderar os aportes da ciência moderna – promover uma verdadeira “ecologia de saberes” (SOUSA SANTOS, 2008). Isto é, assegurar o reconhecimento em pé de igualdade dos saberes ocidentais, hoje hegemônicos, e dos saberes locais condenados, no presente, à subalternidade.

Conforme Xalma (2011) e Puente (2010), a cooperação recente entre países do “Sul” estaria privilegiando valores, tais como: a complementariedade e o respeito à diversidade de saberes; a valorização das habilidades e das competências locais; o compartilhamento de experiências e a construção conjunta de tecnologias. Conjunto esse de fatores que configuraria um novo patamar de cooperação distinto do modelo que historicamente caracterizou as relações de cooperação entre o centro e a periferia. Modelo esse que, como aponta Grosfoguel (2008), traduz a dominação, nas áreas econômica, social e cultural, pelos países centrais.

2. Cooperação Internacional para o “Desenvolvimento” e o discurso desenvolvimentista

Conforme Barbanti Junior (2005), no período de dominação colonial do mundo, o conceito de desenvolvimento esteve atrelado à concepção

darwiniana de evolução e progresso. Santos Filho (2005) afirma que, até a Segunda Guerra Mundial, cabia aos países colonizadores a promoção do desenvolvimento das colônias, processo esse realizado conforme e de acordo com as necessidades econômicas e os interesses políticos dos países centrais. O desenvolvimento entendido como um processo a ser alcançado a partir da passagem dos países “subdesenvolvidos” por um conjunto de estágios, a serem galgados conforme regras previamente concebidas pelos países do “Norte”, autotransformados como “desenvolvidos”, em função de seu grau de avanço tecnológico, da acumulação econômica conquistada e de outros critérios igualmente positivistas. A trajetória rumo à modernidade ou ao “desenvolvimento” se daria, assim, via a observação de regras e do cumprimento de estágios específicos. Os projetos de dominação colonial apresentados, como aponta Carrion et al. (2012), como missão civilizadora teriam por objetivo retirar os países classificados como subdesenvolvidos do estado de barbárie e de miséria no qual se encontravam.

Após a Segunda Guerra Mundial, a dinâmica da cooperação Norte-Sul será balizada pelo discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman (BARBANTI JUNIOR, 2005). De caráter profundamente dualista, o referido discurso dividiria o mundo entre, de um lado, os países autotransformados desenvolvidos e, de outro, os por ele classificados de subdesenvolvidos, cabendo aos países do “Norte”, ricos e “desenvolvidos”, levar aos países do Sul, pobres e subdesenvolvidos, as maravilhas do avanço científico e do progresso técnico e industrial, por eles conquistados.

Ainda, conforme Barbanti Junior (2005, p. 143), “o caráter de transferência do conhecimento científico e do *know-how* industrial passou a conferir, até os dias atuais, a orientação principal das intervenções internacionais para o desenvolvimento”.

De acordo com Grosfoguel (2008), a visão de desenvolvimento, assim concebida, seria apresentada à sociedade como resultado do conhecimento científico, o que em um período histórico em que reinava a visão racional do mundo e da vida, seria sinônimo de verdade absoluta. O que, em outras palavras, significa dizer: uma visão ocidental do mundo, que tinha por religião o progresso e por credo o ideário capitalista apresentado como o único capaz de assegurar o progresso técnico e o “desenvolvimento”.

Conforme Afonso e Fernandes (2005), o modelo de cooperação Norte-Sul se constrói à sombra de um conjunto de fatores, ou “temores”, que assombravam os países vitoriosos na Segunda Guerra Mundial: uma nova guerra, a reprodução da depressão econômica dos anos 1929-1930 e o receio do avanço do ideário comunista. Conjunto de fatores que explicaria porque as questões de segurança militar e de estabilidade econômica e social nos países do Sul tenham sido tomadas como prioridades e pautado o caráter das relações interestadadas. O medo do avanço soviético faria, todavia, com que as questões de segurança se sobrepujassem às de natureza social.

Conforme Sánchez (2002), o desejo de impedir que os países do Sul caíssem sob a zona de influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) explicaria o caráter profundamente interventor; de dominação vertical; exógeno (imposto de fora); unilateral (uma das partes decide); e parcial (privilegiando os interesses de quem concede a ajuda), das medidas de cooperação internacional para o desenvolvimento levadas a efeito no período.

Já Afonso e Fernandes (2005) destacam o papel atribuído ao empresário dos países apoiados no processo de promoção do desenvolvimento dos países do “Sul”. Assim, se ao “Norte” cabia definir o que era o “progresso”, como promover o desenvolvimento e aportar os recursos financeiros para tal, caberia àqueles organizar e promover a produção em moldes capitalistas.

A visão de desenvolvimento, que dividia o mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, sofreria, todavia, um forte revés na década de 1970, com a publicação da obra “Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica”, escrita por Fernando Henrique Cardoso, em seus anos de exílio, em coautoria com Enzo Faletto. Na obra, eles sustentavam que, se a América Latina se encontrava em uma posição desfavorável em termos econômicos e sociais, devia-se o fato aos anos de exploração histórica dos países do continente latino-americano pelas potências centrais, argumentando, ainda, ser destituída de sentido a “Teoria das Etapas do Desenvolvimento” elaborada por Rostow (1960) e que fornecera a fundamentação teórica para o modelo dos estágios de passagem rumo ao desenvolvimento, imposto aos países do “Sul” pelas potências do “Norte”. A tese defendida por Cardoso e Faletto (1984) sustentava que a causa do subdesenvolvimento dos países periféricos (atrasados) radicava nas relações de dominação e no padrão de exploração da relação centro-periferia.

A partir de meados dos anos 1980, com o desequilíbrio da balança de pagamento e o agravamento da dívida externa nos países periféricos, as condicionalidades impostas pelos países ricos para o financiamento do desenvolvimento centraram-se em questões de natureza macroeconômica (AFONSO; FERNANDES, 2005). Como bem aponta Sánchez (2002), os recursos repassados aos países subdesenvolvidos e/ou em subdesenvolvimento, a partir de então, foram condicionados ao cumprimento de uma série de medidas e ajustes de natureza neoliberal urdidos no Consenso de *Washington*.

Conforme Grosfoguel (2008), o período foi marcado pela supervisão – leia-se intervenção direta – do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial na economia dos países periféricos. Processo esse que se caracterizou pela imposição de regulações econômicas de cunho neoliberal, as quais, como aponta Carrion (2009), foram responsáveis pela desestruturação da economia de países que apresentavam fragilidades econômicas, como o Senegal, que teve sua economia destruída pelos Programas de Ajuste Estrutural (PAS) impostos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional na década de 1980.

Na década de 1990, com o final da Guerra Fria, o evidente fracasso dos PAS e os primeiros sintomas da crise que viria assolar as economias centrais, os termos da cooperação internacional seriam revistos (SÁNCHEZ, 2002). Questões como a estrutura interna dos governos, a necessidade de superar os entraves burocráticos locais, assim como a luta contra a corrupção, são os novos argumentos utilizados para legitimar a reforma do aparato administrativo dos Estados apoiados a fim de ajustá-los à necessidade de circulação dos capitais globalizados (CARRION et al., 2012).

Evidencia-se, da análise anterior, que a chamada cooperação Norte-Sul foi, historicamente, alimentada pela vontade política de proteger e consolidar os interesses políticos e econômicos das potências centrais, e que nesse jogo diplomático os interesses dos países do “Sul” tiveram um papel secundário. As intenções, não claramente reveladas dos países centrais, de imprimirem seu “modelo” de desenvolvimento aos países semiperiféricos e periféricos surtiram, na maior parte das vezes, em benefícios para os próprios países doadores, e poucos são os resultados positivos no sentido *lato* da palavra desenvolvimento, da cooperação internacional Norte-Sul para o desenvolvimento dos países semiperiféricos e periféricos.

No período mais recente vem, todavia, se observando a intensificação de acordos, bem como a consolidação de alianças entre países do Sul, o que, se não chega a ser uma novidade, tem um conteúdo inovador quando se tem em conta o sentido estratégico dessas alianças para a consolidação política no cenário internacional de países, como o Brasil, que vem sendo apontado como uma nova “potência emergente”. Esse é o tema da próxima seção.

3. Cooperação entre países periféricos e semiperiféricos (“Sul-Sul”)

Conforme Puente (2010), a cooperação entre países semiperiféricos e periféricos, também chamada de Sul-Sul (CSS) ou cooperação horizontal, ou ainda, cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), é um fenômeno recente, que remete à década de 1970, período no qual ganharam força as iniciativas de afirmação dos países do “Sul” (semiperiféricos e periféricos) no cenário internacional, em decorrência da percepção de que as relações “Norte-Sul” se assentavam sobre uma lógica prejudicial aos seus interesses.

Ainda para Puente (2010), o desgaste das relações “Norte-Sul” conduziu a uma série de questionamentos, pelos países do “Sul”, da ordem econômica internacional vigente, os quais passariam, nos foros multilaterais, a expressar a crescente convicção de que não lhes restavam muitas alternativas a não ser promover entre si maior concertação no intuito de buscar o fortalecimento de sua posição com relação aos países centrais.

Historicamente, os princípios da CSS começaram a ser delineados em 1977, durante a 32ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Conforme Xalma (2011), pela primeira vez, uma resolução da ONU buscou definir os objetivos e os princípios da então chamada Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). A intenção, conforme ficou definido, seria promover alianças bilaterais entre os chamados países em desenvolvimento. Conforme Puente (2010), durante essa conferência, nasceu o Grupo dos 77, o qual reunia países semiperiféricos e periféricos interessados em reforçar sua posição mediante a identificação de pontos de interesse comum e da proposição de medidas concretas que pudessem alterar as condições do comércio internacional, consideradas desvantajosas para os países do “Sul”. O próprio modelo de cooperação para o desenvolvimento passou, também,

a ser questionado, por estar assentado sobre bases ora assistencialistas, ora de dominação conectadas a interesses comerciais dos países do centro.

Segundo Puente (2010), a Conferência de Buenos Aires, em 1978, representou o primeiro esforço coletivo de identificação e de sistematização das formas, modalidades e possibilidades de cooperação entre países em desenvolvimento. O surgimento da cooperação entre países semiperiféricos e periféricos decorreu das frustrações desses países com o modelo de cooperação ora vigente, bem como da conscientização de que eles deveriam ser parceiros entre si no processo de construção de soluções para os seus problemas e não apenas recipiendários passivos de ajuda externa imposta pelo “Norte”. A cooperação Sul-Sul se configuraria, assim, como estratégia alternativa e complementar, e não necessariamente excludente à cooperação tradicional, imposta pelo centro.

Após os avanços obtidos pela CSS na década de 1970, Puente (2010) afirma que a crise dos anos 1980 teria provocado um período de estagnação. Assolados pela dívida interna, os países semiperiféricos não disporiam de recursos para financiar os projetos de cooperação. Como se sabe, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), o período pós a chamada “década perdida” foi acompanhado da implementação de programas de ajustamento ortodoxos, com cortes nas despesas públicas, fazendo com que os recursos para financiar iniciativas de desenvolvimento praticamente deixassem de existir.

A partir da década de 1990, com a aceleração da globalização, novos desafios se colocaram à CSS, e passaram a exigir de todos os países, mas especialmente dos semiperiféricos, que buscassem novas formas de inserção na arena internacional. Conforme aponta Visentini (2008, p. 1), “a globalização gerou espaços para a projeção de potências regionais, líderes de blocos econômicos, o que contribuiu para reforçar a possibilidade de formação de um sistema mundial multipolar, em lugar de uma neo-hegemonia norte-americana”.

Com o objetivo de minimizar os riscos e maximizar as oportunidades associadas ao processo de globalização, Puente (2010) afirma que os países privilegiaram a estratégia da CSS. Em especial, por recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, também, pela iniciativa de alguns países do Sul, reforçou-se o discurso da CSS nos foros internacionais a partir dos anos 2000.

O traçado histórico e as discussões sobre a CSS consolidaram-na como uma modalidade de cooperação que contempla três dimensões: (i) dimensão política, que promove a constituição de âmbitos autônomos para a geração de perspectivas e práticas alternativas entre países semiperiféricos e periféricos; (ii) dimensão técnica, processo pelo qual países semiperiféricos e periféricos adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos, experiências tecnológicas, expertises tecnológicas, que se traduzem em projetos e programas de cooperação; (iii) dimensão econômica, realizada no âmbito comercial, financeiro e de investimentos entre países semiperiféricos e periféricos (AYLLÓN PINO, 2012).

Conforme Xalma (2011), há consenso geral de que o principal valor acrescentado pela cooperação Sul-Sul é sua contribuição para o desenvolvimento e reforço das capacidades entre os parceiros em uma relação horizontal em que ambos se beneficiam. O desenvolvimento ocorreria mediante a troca de conhecimento, de tecnologias e experiências, do incentivo à produção, do uso do conhecimento local, das habilidades e das competências, bem como da sistematização e análise de experiências bem-sucedidas.

4. O moderno sistema-mundo e a dominação ideológica na cooperação internacional para o desenvolvimento

Conforme já informado, o presente artigo tem por objetivo analisar em que medida o modelo de cooperação Sul-Sul apresenta-se como uma ruptura paradigmática quando comparado ao modelo de cooperação Norte-Sul.

Conforme Wallerstein (2000), o moderno sistema-mundo, responsável pelo modelo de cooperação Norte-Sul, surgiu como parte de um processo em que houve a expansão da economia mundial capitalista e da relação desta com um sistema interestatal. No final do século XIX, esse sistema, por meio da integração do processo de trabalho, alastrou-se pelo globo, cobrindo-o, dando origem ao primeiro sistema-mundo na história a conseguir este feito.

Wallerstein (2000) identifica no moderno sistema-mundo a existência de múltiplos centros políticos, que estão em uma constante e complexa luta interestatal pela hegemonia do sistema. O sistema interestatal envolve uma estrutura política composta de Estados. Este sistema tem sido governado por um longo e cíclico processo chamado de ciclo hegemônico. A situação ideal,

em termos de acumulação de capital para o sistema, é a existência de um poder hegemônico, forte o suficiente para definir as regras do jogo e ser seguido pelos demais países. Conforme Arrighi (2003), o sistema capitalista passou por quatro ciclos sistêmicos de acumulação e expansão que tiveram suas hegemônias, a saber: o genovês, o holandês, o britânico e o estadunidense.

Desse modo, segundo Wallerstein (2000), o moderno sistema-mundo, construído sobre a divisão do trabalho e o sistema interestatal, gerou a distribuição desigual de seu produto entre as regiões, que participam da produção mundial. As atividades mais lucrativas tendem a ficar concentradas, geograficamente, em pequenas áreas da economia mundial, chamada de zona central (*core zone*). As atividades menos lucrativas têm suas unidades de atividade econômica dispersas geograficamente, localizadas numa área abrangente, chamada de zona periférica (*peripheral zone*).

De acordo com Cobério (2008), a transferência sistemática dos excedentes das regiões periféricas para as centrais, juntamente com a necessidade dos capitalistas das regiões centrais garantirem o monopólio de suas atividades econômicas mediante alianças com o Estado, gera uma distribuição assimétrica do produto do sistema, mecanismo pelo qual o excedente é retirado das periferias e concentrado no centro.

Todavia, Grosfoguel (2008) argumenta que a análise dos economistas políticos restringe-se à dimensão econômica e que a dominação exercida pelos países centrais sobre os países semiperiféricos e periféricos, também, ocorre em dimensões como a social e a cultural. Assim como Wallerstein (2004), Grosfoguel (2008) defende que, em sua origem, o sistema-mundo foi produzido a partir da expansão colonial europeia, cujo objetivo era encontrar rotas mais curtas para o Oriente, o que, acidentalmente, levou à colonização da África e das Américas. Segundo esse ponto de vista, o sistema-mundo capitalista seria, essencialmente, um sistema econômico que determina o comportamento dos principais atores sociais pela lógica econômica da obtenção de lucro, manifestando-se na extração de excedentes e na incessante acumulação de capital à escala mundial. A análise de classes e as transformações estruturais no âmbito econômico são privilegiadas em relação a outras relações de poder, que se configuram neste âmbito.

Grosfoguel (2008) argumenta ainda que a colonização europeia não expandiu apenas um sistema econômico de capital e trabalho. Essa foi uma

parte fundamental, ainda que não a única, de um “pacote” mais complexo e enredado. Destaca-se que uma abordagem redutora da perspectiva econômica do sistema-mundo não é capaz de explicar que a colonização levou consigo a imagem do homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/ europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo. Ou seja, a dominação não foi apenas no campo econômico, mas também no social e cultural.

Dentro da concepção de dominação ideológica, Arrighi (2003) aponta dois fatores fundamentais no moderno sistema-mundo: primeiro, que as relações de poder dentro e entre os Estados ocidentais têm sido moldadas pelas relações de poder entre os Estados ocidentais e o mundo não ocidental, e, em segundo, aquilo em que os Estados, ocidentais e não ocidentais, têm se tornado é, em grande medida, o resultado de um processo da conquista do mundo pelos Estados europeus. Esse processo materializou-se de forma mais evidente com a globalização. Embora o centro de sistema expansivo tenha “migrado” de país para país na Europa e, finalmente, para a América do Norte, ele permaneceu dentro de uma zona cultural comum, que excluiu os países africanos, latino-americanos e asiáticos. Mesmo que as instituições econômicas e políticas do centro tenham passado por transformações significativas, elas permaneceram dentro de uma tradição culturalmente ocidental.

Assim, Grosfoguel (2008) atesta que continuamos a viver sob a mesma “matriz de poder colonial”. A descolonização jurídico-política significa apenas que saímos de um período de “colonialismo global”, para entrar num período de “colonialidade global”. Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas, e grande parte da periferia tenha se organizado politicamente em Estados independentes, os povos não europeus continuam a viver sob a exploração e dominação europeia/euro-americana. As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação “europeias *versus* não europeias”, continuam arraigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial.

Tal embate permeia as discussões sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento, que, segundo Barbanti Junior (2005), ainda hoje tem como orientação principal a transferência do conhecimento científico e do *know-how* industrial, dos países centrais para os países semiperiféricos e periféricos. Wallerstein (2000) aponta que é a tecnologia que sustenta a expansão

do sistema mundial de produção, ou seja, a fé na ciência, baseada na habilidade dos cientistas em contribuir com as mudanças tecnológicas. Desde a metade do século XIX, o universalismo tornou-se o valor central de organização da economia mundial capitalista. A ciência passou a reger as leis universais, para as quais os resultados oriundos das pesquisas seriam iguais, para processos idênticos.

Assim, a questão do compartilhamento de saberes, como condição do desenvolvimento no campo da cooperação internacional, evidencia dois mitos que, de acordo com Ribeiro (2009), ainda parecem persistir nos estudos desta área. O primeiro mito diz respeito à concepção de desenvolvimento como um caminho linear a ser perseguido a partir da experiência dos países desenvolvidos. O segundo é a crença que os conhecimentos disponíveis nos países do centro podem ser transferidos e aplicados, sem a devida redução sociológica, de maneira universal. Esses dois princípios partem do pressuposto de que tanto a ideia de desenvolvimento como de ciência seriam neutras e que o avanço da ciência traria, necessariamente, o progresso para todos.

Conforme Sousa Santos (2008), o conhecimento científico e tecnológico eurocêntrico ainda é considerado a forma privilegiada de conhecimento. Desde o século XVII, as sociedades ocidentais têm privilegiado, epistemológica e sociologicamente, a forma de conhecimento designada por ciência moderna. A predominância do conhecimento oriundo do Ocidente e de países centrais também é reforçada pelos pressupostos da reorganização global da economia capitalista, que se assenta, entre outros fatores, na produção contínua e persistente de verdades epistemológicas, que não reconhecem a existência, em pé de igualdade, de outros saberes, do que resulta uma hierarquia epistemológica geradora de marginalizações, silenciamentos ou exclusões de outros conhecimentos.

Isto fica evidente, segundo Ribeiro (2009), ao desconsiderar-se a existência de valores sociais e interesses econômicos implícitos na produção do conhecimento científico e tecnológico, bem como as consequências de sua aplicação em contextos histórico-culturais específicos. A “crença” na neutralidade da ciência e na “universalidade” dos indicadores de desenvolvimento continua a orientar a elaboração de políticas de desenvolvimento, tanto nos países centrais como nos países semiperiféricos e periféricos.

A universalidade da ciência e sua imposição como verdade única é um dos fatores que contribuem para a dominação ideológica exercida pelos países

centrais sobre os países semiperiféricos e periféricos. Para Sousa Santos (2009), o pensamento moderno ocidental é fraturante, é um pensamento abissal, como uma linha que separa dois mundos, cuja característica principal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Um lado da linha impõe sua visão de mundo, postulando que para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência.

Grosfoguel (2008) corrobora ao afirmar que os paradigmas eurocêntricos hegemônicos assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo, para os quais a ciência é conduzida sempre a partir de uma determinada hierarquia do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno”. Ou seja, todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder. Contudo, a neutralidade e a objetividade do conhecimento é um mito ocidental.

Grosfoguel (2008) ainda argumenta que, em termos históricos, isto permitiu ao Ocidente representar seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade. Tal estratégia epistêmica foi crucial para a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas que conseguiram construir, por todo o globo, uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, consequentemente, de povos superiores e inferiores. A partir desse entendimento, os estudos desenvolvidos por Sousa Santos (2008) propõem romper com esta lógica e considerar a diversidade excluída.

No campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, a distinção desses grupos é caracterizada pelos países centrais que afirmam deter o conhecimento científico e a tecnologia, e os países semiperiféricos e periféricos, que “recebem” estes conhecimentos como pressupostos para o “desenvolvimento”. De tal modo, replica-se a colonização, por meio de dominação ideológica, dos países semiperiféricos e periféricos pelos países centrais, em termos de conhecimento, ciência e tecnologia.

Essa relação de dominação intelectual dos países centrais com relação aos países periféricos replica-se nos projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento. Segundo Milando (2005), no nível estratégico de indução do desenvolvimento, situam-se organizações como o Fundo Monetário

Internacional e o Banco Mundial, responsáveis pelo apoio técnico-financeiro externo no campo da cooperação internacional. Tais organizações definem o que deve ser feito a partir de reuniões técnicas e dossiês, imbuídas pela ideologia vigente nos países centrais.

É nas tentativas de transferência de “saber-fazer”, entre o nível estratégico de indução do desenvolvimento e o nível local, que dois conjuntos de saberes e de significações entram em relação, geralmente em confronto: o embate entre os saberes técnicos (oriundos de um sistema de saberes técnico-científicos de origem ocidental) e os saberes populares (técnicos e não técnicos) (DE SARDAN, 1995).

De Sardan (1995) explica que os saberes técnico-populares distinguem-se dos saberes técnico-científicos sob três perspectivas. A primeira perspectiva evidencia que os saberes técnico-populares são localizados, contextualizados, empíricos, ao mesmo tempo em que os saberes técnico-científicos são padronizados, uniformizados, formalizados. A segunda perspectiva enfatiza que a relação entre esses dois tipos de saberes não é simétrica, ou seja, os saberes técnico-populares remetem aos conhecimentos do local, da população-alvo em que são aplicados os projetos e, por isso, estão incluídos num mesmo sistema de sentido (ou cultura), enquanto que os saberes técnico-científicos são oriundos do “exterior”, provêm de uma realidade eurocêntrica (cultura técnico-científica cosmopolita), como “pacotes prontos”, difundidos pelos agentes do desenvolvimento, que não estão inseridos na cultura local. A terceira perspectiva ressalta que a posição entre os saberes técnico-populares e os saberes técnico-científicos não é uma oposição entre uma “visão de mundo ocidental” e uma “visão de mundo tradicional”. Com efeito, tanto no meio rural africano quanto na Europa industrial, por exemplo, coexistem muitos sistemas de sentido e de interpretação. Os saberes técnico-populares e os saberes técnico-científicos são somente dois sistemas possíveis, numa gama variável de saberes e de lógicas interpretativas que interagem.

Segundo Milando (2005), é preciso admitir que as populações-alvo dos projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento são detentoras de conhecimentos profundos sobre as suas sociedades e que tais conhecimentos são essenciais para a eficácia e a sustentabilidade dos projetos de cooperação. Em outras palavras, é preciso reconhecer os saberes populares.

Para superar esse embate, torna-se relevante pensar e promover a diversidade e a pluralidade, não negligenciando ou recusando a ciência moderna, mas assegurando a coexistência de saberes ocidentais, com práticas de saberes locais, donde deriva a ecologia dos saberes. A ecologia dos saberes questiona a lógica da monocultura do saber e do rigor científico, a partir da identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam em contextos e práticas sociais declarados não existentes. Desse modo, a ecologia dos saberes visa criar uma nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento (SOUSA SANTOS, 2008). Esta proposta estaria mais alinhada à perspectiva da cooperação Sul-Sul, a qual, idealmente, é apresentada como um processo de parceria entre países semiperiféricos e periféricos para fins de vantagens mútuas.

5. Cooperação “Sul-Sul”: Ruptura Ideológica ou Reprodução?

O debate teórico até aqui conduzido teve por objetivo aportar elementos, para que pudéssemos nos posicionar frente à questão lançada já na introdução do presente artigo, a saber: a forma de cooperação que vem ocorrendo entre os países periféricos, e entre esses e os semiperiféricos, ou seja, a chamada “Cooperação Internacional Sul-Sul”, estaria sendo pautada por um novo padrão de relações internacionais, representativo de uma ruptura com o modelo de cooperação Norte-Sul ou, se trataria apenas de uma nova modalidade de reprodução do sistema de dominação até então em vigor.

A análise dos elementos teóricos apresentados nos permite concluir: o modelo de cooperação Norte-Sul é pautado por uma lógica utilitária e de competição, no qual se pratica a transferência de conhecimento e tecnologia, de quem tem o saber para quem não tem saber. O que significa dizer: este modelo de cooperação pauta-se pelo modelo de dominação colonial ocidental/eurocêntrico, conforme teorizado por Sousa Santos (2008), Grosfoguel (2008), Dussel (2005), Quijano (2005) e Lander (2005).

Já no modelo de cooperação Sul-Sul os países periféricos e semiperiféricos estabeleceriam redes de cooperação e desenvolvimento que privilegiariam o reforço das capacidades entre os parceiros, via relações horizontais, em que ambos se beneficiariam (XALMA, 2011). Nesse sentido, a cooperação Sul-Sul seria pautada por uma lógica de reciprocidade, privilegiando a cooperação e a compreensão entre as pessoas, a solidariedade e o respeito à individualidade.

A cooperação ocorreria em moldes participativos, dialógicos, compreendendo os diferentes sujeitos sociais, resgatando a dimensão política e de emancipação do sujeito.

Em tese, a cooperação internacional para o desenvolvimento, realizada entre países semiperiféricos e periféricos (CSS) estaria, pois, apoiada em uma visão de mundo que assume que o processo de cooperação para o desenvolvimento deve valorizar os conhecimentos, as habilidades e as competências locais, bem como a construção conjunta de tecnologias e a troca de experiências entre sujeitos dos países envolvidos na relação (XALMA, 2011; PUENTE, 2010; MILANDO, 2005; DE SARDAN, 1995). Posição essa que contribuiria para se superar a dominação ideológica, social, cultural e econômica da periferia e semiperiferia pelo centro (GROSFOGUEL, 2008).

Entretanto, há que se considerar que o modelo de cooperação Sul-Sul é construído com base no regime de acumulação capitalista e em um mundo pautado pelas concepções dominantes do sistema-mundo, as quais, conforme anteriormente analisado, estruturaram o modelo de cooperação Norte-Sul. Portanto, apesar das recursivas referências nos discursos dos cooperadores do Sul às preocupações de natureza social, nos parece temerário afirmar que de fato a ética social esteja se sobrepondo aos interesses econômicos.

Todavia, é preciso reconhecer que se *a priori* seria profundamente arriscado afirmar que o Brasil, em suas relações de cooperação com outros países do Sul, estaria praticando um padrão de relações com a supremacia dos valores humanistas sobre os interesses econômicos, também não se pode obscurecer o fato de não termos uma história como país imperialista. O Brasil vem, sim, buscando agregar ao *status* de potência economicamente emergente, o destaque político. Processo esse no qual vem acumulando conquistas, como a recente nomeação de um brasileiro para a presidência da Organização Mundial do Comércio (OMC). Conquista essa que tem incidência sobre o estado das relações de força do sistema internacional, vislumbrando uma ampliação da multilateralidade. Por outro lado, não podemos comparar as intenções dos países que aderem ao modelo de cooperação Norte-Sul com as intenções dos países que aderem ao modelo de cooperação Sul-Sul. Embora situadas no campo político, as intenções dos países emergentes, promotores da cooperação Sul-Sul, buscam reestruturar o equilíbrio das forças no sistema mundial com foco na multipolaridade.

Sob esse ponto de vista, Arrighi e Silver (2001, p. 25) comentam que:

Os conflitos entre civilizações surgem, em parte, porque a dominação ocidental sobre a economia política do planeta fomenta o ressentimento, ainda mais quando ela se torna veículo de propagação dos interesses, ideias e valores ocidentais. Mas a força mais importante por trás do futuro choque das civilizações é a mudança no equilíbrio de poder civilizador causada pela modernização contínua do mundo não ocidental.

Todavia, será a análise dos dados coletados através da realização de estudos empíricos acerca das práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento Sul-Sul que poderão confirmar se esta modalidade de cooperação está, efetivamente, imbuída de uma lógica pautada por uma relação dialógica, de proximidade e reciprocidade, respeitando a pluralidade de saberes e cultura locais. Estudos empíricos, que observem as práticas suprarreferidas, fazem-se, pois, fundamentais para que se possa responder ao enigma proposto no presente artigo.

Referências

- AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. **ABCD introdução à cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005.
- ARRIGHI, G. Globalização e macrosociologia histórica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 20, p. 13-23, jun. 2003.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da UFRJ, 2001.
- AYLLÓN PINO, B. Transformações globais, potências emergentes e cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 233-249, 2012.
- BARBANTI JR., O. Desenvolvimento e Relações Internacionais. In: CAMPOS, T. L. C. (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005, p. 141-169.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CARRION, R. M. **O lugar das organizações não governamentais em países de modernidade periférica**. Projeto de pós-doutorado. Apoio CAPES, desenvolvido junto ao Institute de Recherche Sur le Développement /IRD. Paris 1, Sorbonne. 2009.

CARRION, R. M. et al. Atores e discursos renovados para contradições tradicionais? Em análise a cooperação internacional para o desenvolvimento de Cabo Verde e Moçambique. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, 2012.

COBÉRIO, C. G. V. Os sistemas-mundo e a globalização. **Race**, Joaçaba, v. 7, n. 1, p. 53-70, jan./jun., 2008.

DE SARDAN, J. P. O. **Antropologie et development**: essai en socio-anthropologie du chagement social. Paris: Karthala, 1995.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32. (Colección Sur Sur).

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 80, p. 115-147, 2008.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

MILANDO, J. **Cooperação sem desenvolvimento**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília, DF: FUNAG, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

RIBEIRO, M. T. F. Introdução. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**: a non-communist manifest. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperación y desarrollo:** nueve preguntas sobre el tema. Burgos, Espanha: Amycos, 2002. Disponível em: <http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2011.

SANTOS FILHO, O. dos. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, T. L. C. (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

_____. **A gramática do tempo:** por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

VISENTINI, P. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul no pós-guerra fria.** Políticas externas comparadas, relações bilaterais e multilaterais com as “potências emergentes”. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://paulodaltrio.blogspot.com.br/2008/12/o-brasil-e-cooperacao-sul-sul-no-ps.html>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

WALLERSTEIN, I. The inter-state structure of the modern world-system. In: LINKLATER, A. (Ed.). **Internacional relations:** critical concepts in political science. London, New York: Routledge, 2000.

_____. **World-system analysis:** an introduction. Durham, London: Duke University Press, 2004.

XALMA, C. **Report on South-South cooperation in Ibero-America 2011.** Madrid: Ibero-American General Secretariat (SEGIB), 2011.

Data de recebimento: 05.11.2012

Data de aprovação: 16.09.2013

South-South Development Cooperation under analysis: Paradigmatic Rupture or Reproduction?

Abstract

The North-South model of international cooperation for development, whose origin refers to the period post II World War, relied historically, in a speech that attributed to core countries, or “North”, given its institutional maturity and technical superiority, legitimacy to define the rules and procedures to be observed by countries on the periphery of the world system, to access the

vaunted “development.” This model, which as a significant contingent of researchers (BARBANTI JUNIOR 2005, SANTOS FILHO, 2005; AFONSO E FERNANDES, 2005; SÁNCHEZ, 2002), essentially contemplate goals of economic and political nature of the central powers. However, by winning recognition in the international economic, emerging countries such as Brazil, India, China, Russia and South Africa would be establishing between themselves as well as with other countries of the “South” partnership and cooperation to which also pursuant to a contingent of researchers (XALMA, 2011; PUENTE, 2010; AYLLON PINO, 2012), be distinguished from the previous model by the emphasis given to values such as solidarity and equity, regarding the equitable distribution of benefits among the countries involved in cooperation actions. Theoretical this article questions the extent to which this thesis is based? Or, to put it another way, to what extent international cooperation South-South model related to the promotion of the development is in a paradigmatic rupture with the North-South cooperation model?

Keywords: International Cooperation. South-South Cooperation. Development.